

Título: A grande imprensa carioca e a política econômica no segundo governo Vargas: conflitos em torno de programas de desenvolvimento.

Autor(es): MARTINS, Luis Carlos dos Passos Martins, doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS.

Resumo: Este artigo apresenta a proposta inicial e alguns resultados parciais de minha tese de doutorado que analisa a interpretação tradicional a respeito do posicionamento da grande imprensa do RJ frente ao segundo governo Vargas ¹. Para esta linha da abordagem, a grande imprensa carioca foi um instrumento do capital internacional que a financiava e, por isso, defendia uma política econômica essencialmente liberal. Desta forma, teria feito oposição a Getúlio em virtude das suas diferenças com o programa econômico de Vargas, supostamente nacionalista e antiimperialista. Contudo, no atual estágio da pesquisa, acho possível questionar tal visão tanto no que se refere à classificação da grande imprensa do RJ como puramente liberal, quanto à redução de seu papel na esfera de debates à condição de simples instrumento dos interesses do capital estrangeiro e/ou dos grupos associados a ele. Para darmos conta destas questões, analisaremos o posicionamento de quatro jornais do RJ (**O Globo**, **Correio da Manhã**, **O Jornal** e **Jornal do Brasil**) frente às principais ações do programa de governo varguista, tentando identificar os pontos criticados e os endossados e os princípios que fundamentaram essas tomadas de posição.

Palavras-chave: imprensa; Vargas; liberalismo;

A imprensa liberal e o segundo governo Vargas

O tema de pesquisa de minha tese de doutorado é a relação entre imprensa e política no segundo governo Vargas (1951-1954), com particular interesse na forma como a grande imprensa do Rio de Janeiro, então Capital Federal, se posicionou frente ao programa econômico deste governo.

Parte da origem da escolha deste tema deve ser situada em uma insatisfação particular com a forma como a relação entre imprensa e política vem sendo abordada pela historiografia. No geral, os historiadores apenas tomam a imprensa como fonte, sem questionar muito a natureza desta fonte. Entretanto, quando procuram tomar os jornais como objeto de pesquisa, tendem a considerá-los apenas na condição de representantes de uma linha política ou ideológica exterior a sua área de produção, da qual eles seriam uma expressão derivada e dependente. Conforme critica Alzira ABREU, a imprensa geralmente é

¹ A pesquisa referente à citada tese iniciou em março de 2007 e, no atual estágio do projeto, o material empírico recolhido e apresentado parcialmente neste artigo corresponde apenas ao primeiro ano do segundo governo Vargas, embora com resultados já significativos.

considerada subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante. Ela se apoiaria em fontes que representam as instituições detentoras do poder e dos interesses organizados. Não é atribuída papel de construtora do próprio fato que divulga. Nessa concepção, baseada na teoria da dominação, perde-se de vista os casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento.²

No meu entender, mesmo não se tratando de negar a condição da imprensa como representante dos interesses socialmente dominantes, devemos considerá-la também como portadora de seu próprio discurso de poder, ou seja, como estando igualmente empenhada, a cada momento histórico, em tentar construir sua especificidade institucional no debate público frente a outras instituições (como os partidos, o poder legislativo, o poder executivo). Necessidade esta que interfere na forma com os jornais se relacionam com estas instituições e apreendem a realidade social.

Tendo em vista tais considerações gerais, tenho melhores argumentos para justificar a escolha da imprensa do segundo Governo Vargas e a questão econômica para abordar a relação entre os grandes jornais e a política.

Em primeiro lugar, tal escolha se baseou na constatação de que a imprensa brasileira deste período apresentava característica que a tornam um objeto de pesquisa muito instigante. Se não, vejamos:

a) estávamos em um dos raros períodos de liberdade de expressão na história republicana do país, o que permitia aos grandes jornais expor seu posicionamento de forma mais clara, oferecendo uma boa oportunidade para a compreensão de sua linha editorial; além disso, a maioria destes periódicos seguia uma linha editorial que privilegiava a tomada explícita de opinião em detrimento da mera informação;

b) a década de 1950 é considerada, também, a fase áurea dessa imprensa opinativa; os grandes jornais constituem o principal meio de divulgação política, configurando um dos mais influentes canais de formação da opinião pública nacional (já que o rádio é dedicado prioritariamente ao entretenimento e a TV apenas está começando);

c) por fim, o universo dos jornais apresenta um panorama bastante rico e diversificado. Temos uma imprensa de baixa circulação muito atuante, a chamada pequena imprensa (como os jornais partidários, a **Revista do Clube Militar** e o **Jornal de Debates**), voltada para as entidades de classe (estudantes, militares) e para os setores organizados da sociedade civil. E, em contrapartida, temos uma grande imprensa

² ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996, p 08.

influyente, formada por jornais de forte atuação política (como **Correio da Manhã**, **O E. São Paulo**, o **Diário de Notícias-RJ**, **O Globo**), voltados mais para a elite do país.

A segunda razão que levou a escolha do período em questão está no fato de que a grande imprensa, especialmente a do Rio de Janeiro, teve marcada atuação política, sendo considerada um dos principais responsáveis pela crise que levou ao desfecho trágico e prematuro do governo de Getúlio, em 1954. Ora, isso faz do comportamento desta imprensa um dos elementos chaves para a compreensão da difícil conjuntura do período³.

Tendo esclarecido este primeiro ponto, vamos, então, ao segundo, ou seja, porque a escolha do programa econômico de Vargas como foco para estudar a relação da imprensa com seu governo.

Quanto a isso, devemos recordar que boa parte dos estudos que aborda esta relação defendeu a idéia de que os principais jornais do Rio de Janeiro teriam feito uma oposição intransigente ao governo de Getúlio. Além disso, defendeu-se que esta oposição derivaria de uma profunda divergência entre esta imprensa e a forma como o presidente conduziu sua política econômica⁴. Com efeito, conforme esta interpretação, Getúlio teria levado adiante um programa de governo “nacionalista”, antiimperialista e popular, ou seja, que pregava ampla intervenção do Estado na economia, era hostil ao capital estrangeiro e promovia justiça social via redistribuição de renda. Já a grande imprensa seria portadora de um programa neoliberal ou neoclássico, que pregava o livre fluxo de mercadoria e de capitais e a mínima intervenção do Estado nas atividades econômicas. Além disso, ainda seguindo esta linha de abordagem, a imprensa não pregava estas bandeiras como resultado de suas próprias opções, mas porque era

³ Apenas para recordar, Vargas foi eleito presidente da República em 1950, com cerca de 50 % dos votos. Mas sofreu forte oposição dos grandes jornais do Rio que, em sua maioria, adotaram a candidatura de Eduardo Gomes da UDN. Durante o governo, o presidente passou por diversas crises – incluindo um processo de impeachment – e teve no udenista Carlos Lacerda, dublê de jornalista e político, um terrível opositor. Depois de 1953, a situação de Vargas tornou-se quase insustentável – crise econômica, denúncias de corrupção, suspeita de que tentaria novo golpe de Estado, etc. - e alguns jornais, como o **Estadão** e o **Diário de Notícias** (RJ) passaram a pregar sua saída imediata do governo.

⁴ Mesmo variando em alguns detalhes, esta interpretação do posicionamento dos grandes jornais teve muita aceitação na literatura que aborda o período. A versão melhor acabada - e, por isso, a mais difundida - foi oferecida por SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983. Embora apresente algumas particularidades, o trabalho do autor ainda serve como referência a pesquisas acadêmicas mais recentes. Entre outros exemplos de trabalhos mais atuais que mantêm essa linha de interpretação, podemos citar a dissertação de mestrado de RODRIGUES, Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro:UFRJ/IFCS, 1999 (mimeo), cujo tema é a investigação sobre a criação da Última Hora, que deu origem a uma CPI. Temos também o trabalho de HAUSSEN, Dóris. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2 ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001, que aborda o uso do rádio por Vargas e Perón.

defensora de interesses econômicos e políticos que determinavam seu comportamento, no caso o grande capital internacional e os setores a ele associados no país que financiariam os jornais.

Vamos avaliar estas questões com mais detalhes. Em primeiro lugar, vejamos a classificação do programa econômico de Vargas como “nacionalistas”. Conforme esclarece BOITO JR⁵, a bibliografia tradicional que avaliou o segundo governo de Getúlio se dividiu em dois grandes grupos: alguns autores defendendo que ele era “nacionalista” e outros o considerando “entreguista”. Aqueles que defenderam o “nacionalismo” ou o antiimperialismo de Getúlio, por exemplo, basearam-se nos discursos e atos do presidente que contrariaram o interesse do capital “alienígena” no país, como o famoso decreto 30.363, no início de 1952, que limitou a remessa de lucros das empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Também se detiveram nas medidas concretas tomadas por Vargas para nacionalizar o setor energético brasileiro, como a fundação da Petrobras e a proposta de criação da Eletrobrás. Já os que pregam o “entreguismo” ou negam o “nacionalismo” de Vargas relembram que, depois do decreto 30.363, ele estabeleceu uma legislação cambial bastante liberal para o fluxo de capitais estrangeiros no país, através da Lei do Mercado Livre do Câmbio e da Instrução 70 da SUMOC – que chegou a receber elogios de economistas “conservadores”, como Eugênio Gudim e Octavio Gouvêa de Bulhões. Ademais, também frisam que o presidente foi o articulador do maior acordo de cooperação técnica e financeira entre nosso país e o governo norte-americano, através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Esta realizou um amplo diagnóstico da realidade econômica brasileira e propôs 41 projetos para seu reaparelhamento, cujo financiamento, em boa parte, seria feito com capitais públicos norte-americanos (via BIRD e EXIMBANK)⁶.

Desta forma, diante da complexidade das ações do governo de Vargas, a polêmica se manterá insolúvel enquanto insistirmos em analisá-lo nos parâmetros limitados da oposição entre “nacionalistas” e “entreguistas”. Do que decorrem duas conclusões importantes para nosso trabalho: de um lado, a necessidade de superar a visão tradicional sobre a disputa ideológica do período estudado, introduzindo

⁵ BOITO JR., Armando. O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo. São Paulo : Ática, 1982, p. 11.

⁶ Os principais defensores dessa corrente de interpretação são: LESSA, Carlos & FIORI, José Luis. Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo popular do segundo Vargas, texto para discussão n. 30, Rio de Janeiro : Instituto de Economia Industrial, UFRJ, 1983. Também segue essa linha VIANNA, Sérgio B. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954). Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, Rio de Janeiro : BNDES, 1987.

categorias mais refinadas, como as oferecidas por BIELSCHOWSKY ⁷, que divide as correntes doutrinárias sobre o desenvolvimento no período em cinco linhas: o neoliberalismo, o desenvolvimentismo ligado ao setor privado, o desenvolvimentismo ligado ao setor público não-nacionalista, o desenvolvimentismo do setor público nacionalista e o socialismo; de outro lado, o fato de que, se Vargas não foi, por exemplo, o protagonista de uma política econômica necessariamente adversa ao capital estrangeiro, segue-se uma questão: podemos ainda sustentar que foi este ponto que gerou uma oposição intransigente de uma imprensa “liberal” ou entreguista?

Essa questão nos leva ao segundo ponto que gostaríamos também de avaliar melhor, a saber, até que ponto a grande imprensa do Rio de Janeiro pode ser considerada tranquilamente como liberal ou neoliberal e, assim, oposta a um projeto de desenvolvimento, em qualquer de suas variantes?

Nosso objetivo com esta discussão não é denunciar a falsidade ou a inadequação do liberalismo associado ou professado pelos jornais diante de suas verdadeiras tomadas de posição. O que desejamos é perguntar se, na conjuntura brasileira de 1950, a identificação genérica de um jornal como liberal é suficiente para indicar o conteúdo de seu programa econômico, dispensando-nos do trabalho de submeter suas reais tomadas de posição a uma avaliação mais sistemática?

Sobre isso, é necessário recordar que liberal e liberalismo são termos com múltiplos sentidos, muitas vezes em contradição entre si, como é o caso da divisão entre uma corrente política, defensora dos direitos individuais, das minorias e do regime democrático, e uma corrente econômica, mais preocupada em pregar as benesses do mercado⁸. Ademais, a penetração do liberalismo no Brasil exigiu muitas adaptações, tendo que conviver com instituições e procedimentos incompatíveis com suas definições originais, como a escravidão e o compadrio. Situação paradoxal que levou um autor a considerar a adoção dos princípios liberais pela elite brasileira como “idéias fora do lugar”⁹. De qualquer maneira, consiste em um erro imaginar que jornais tenham

⁷ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

⁸ Termos como liberal e liberalismo têm uma longa trajetória no mundo ocidental, apresentando diferentes vertentes. Um bom histórico do conceito e de suas diferentes acepções pode ser encontrado no verbete liberalismo, redigido por Nicola MATTEUCCI e publicado em BOBBIO, Norberto (org.) *Dicionário de Política*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 11ª. edição, 1998. páginas 686-705). Também, pode-se consultar BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1988. Para uma visão clássica do liberalismo, ver MISSES, Ludwig. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro : José Olympo – Instituto Liberal, 1987.

⁹ A interpretação do liberalismo no Brasil como uma idéia fora do lugar foi feita por SCHWARZ, R. *As idéias fora do lugar*. Estudos Cebrap 3. São Paulo, Cebrap, 1973. Para a crítica dessa interpretação, ver

tomado posição frente a medidas e ações importantes para a economia nacional, como a criação da Petrobras e do BNDE, apenas com base em princípios doutrinários, sem considerar toda a conjuntura e o jogo de interesses que envolviam estas questões na sociedade brasileira.

Desta maneira, parece justo colocar em dúvida se a classificação e, especialmente, se a auto-identificação de um jornal como liberal esclarece o suficiente sobre suas posições econômicas, sem a necessidade de uma pesquisa específica. Quanto a isso, podemos tomar como exemplo o caso do jornal **O Estado de S. Paulo**. Apesar de ser um jornal tradicionalmente identificado como “liberal”, a pesquisa feita por SARETTA¹⁰ sobre as tomadas de posição do **Estadão** no segundo governo Vargas indicou que o periódico defendeu, de forma contundente, o desenvolvimento industrial brasileiro através de uma intervenção ativa do Estado na proteção da indústria nacional. Também pregou medidas restritivas adotadas por Vargas para controlar o fluxo de capital e o comércio exterior¹¹.

Por estas posições, na opinião do autor, o **Estadão** se distanciava muito do papel de um simples defensor das idéias liberais neoclássicas, da mesma forma que parece não ter exercido o papel de simples instrumento de defesa dos interesses ligados aos setores tradicionais de nossa economia (burguesia compradora e grandes produtores rurais) ou ao imperialismo¹². Tudo isso, aliás, fez com que SARETTA evitasse classificar o jornal como “liberal”, preferindo a categoria de “desenvolvimentismo não nacionalista”, proposta por Ricardo BIELSCHOWSKY¹³.

Por fim, podemos concluir dessa discussão, duas aspectos relevantes para o trabalho aqui desenvolvido: de um lado, que é lícito e até necessário colocar em dúvida a explicação de que uma diferença intransponível sobre a condução da política

BRESCIANI, M. S. M. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 1a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. v. 1.

¹⁰ SARETTA, Fausto. O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954) (texto completo). In: IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004, Uberlândia. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA. Uberlândia, 2004. v. 1. p. 1-20.

¹¹ Segundo SARETTA, sobre a política de comércio exterior de Vargas, para o Estadão “não havia grandes discordâncias quanto à forma de enfrentar as dificuldades da área externa, do forte controle que as autoridades teriam que exercer sobre a cessão das escassas cambiais. (...) Já se viu ao longo destas linhas que o periódico se batia a favor do protecionismo para a indústria” (op.cit. p.12)

¹² Além de afirmar que o “o OESP se manifestava claramente favorável à Industrialização”, SARETTA ressalta que não havia “críticas quanto à política de concessão de divisas baseadas no critério de essencialidade” que favorecia as atividades industriais. “Não há entre os editoriais compulsados qualquer defesa dos setores que se prejudicavam com esta transferência, como foi o caso da agricultura de exportação” (op.cit, p.08).

¹³ BIELSCHOWSKY, op. cit.

econômica e social do segundo governo Vargas foi razão suficiente para gerar uma oposição intransigente da grande imprensa frente a este governo ¹⁴; de outro lado, que a classificação como *liberal* ou *neoliberal* é insuficiente para indicar a linha doutrinária dos grandes jornais brasileiros diante das principais questões da política econômica nacional no segundo governo Vargas sem que façamos uma pesquisa empírica específica. Em outras palavras, ainda necessitamos de estudos mais acurados sobre qual foi a verdadeira tomada de posição desses jornais sobre as propostas de desenvolvimento que se colocavam para o Brasil no período em questão.

Com base nestes questionamentos, meu objetivo geral de pesquisa foi procurar avaliar como os jornais selecionados abordaram algumas ações do governo Vargas na condução de sua política econômica e social, entendendo por ações tanto as propostas e as medidas próprias do Executivo quanto as reações a situações específicas impostas a ele. A partir deste objetivo geral, pretendo avaliar: a) o posicionamento de cada jornal frente às principais ações do governo Vargas na condução de sua política econômica e social; b) a linha doutrinária (se é que houve uma) adotada por cada jornal na abordagem dos pontos selecionados, no intuito de compreender melhor o posicionamento individual e coletivo da imprensa frente às correntes ideológicas e políticas no período; c) a forma como os jornais estudados justificaram sua inserção no debate sobre a política econômica e social do governo e como representaram o papel do universo político (governo, legislativo, partidos, etc.) na condução do assunto.

Como não é possível e nem desejável fazer uma leitura exaustiva desses jornais durante todo o mandato de Vargas, a pesquisa está sendo realizada mediante um roteiro de itens correspondentes às principais ações levadas adiante pelo então presidente.

Para dar conta desse trabalho, devido à natureza de nossas fontes e aos nossos objetivos de pesquisa, empregaremos a metodologia conhecida por Análise de Conteúdo (AC) ou Análise Textual Qualitativa.

Em linhas gerais, a AC consiste em um conjunto de procedimentos, amplos e variados, que orientam a organização e a interpretação de séries textuais de maneira a permitir o encontro de sentidos latentes à sua superfície discursiva com base em um conjunto de perguntas previamente estabelecidas pelo pesquisador. Como conjunto de procedimentos, a Análise de Conteúdo não estabelece limites quanto ao referencial

¹⁴ SARETA chega a afirmar que claramente que “as críticas do jornal (o *Estadão*) ao governo federal são muito mais de natureza política e administrativa do que relativas à economia e à política econômica” (loc.cit.).

teórico a ser usado na construção do objeto e na interpretação final das unidades textuais selecionadas.

Apesar de sua flexibilidade, a Análise de Conteúdo exige uma seqüência de etapas que devem ser seguidas para se obter resultados satisfatórios, a saber: escolha e delimitação do *corpus* de pesquisa, que pode ser constituído de textos já existentes (série documental) ou construídos pelo pesquisador (entrevistas, observações, etc.); desconstrução destes textos em unidades menores (unitarização); busca de relações entre essas unidades (semelhanças, diferenças, sobreposição, exclusão, etc.), chamada de categorização; por fim, um trabalho de interpretação sobre os elementos textuais assim organizados.

Devemos considerar que está seqüência não é algo rígido, permitindo o retorno e o diálogo entre suas partes. Da mesma forma, a Análise de Conteúdo não determina uma técnica específica para a interpretação final, deixando ao critério do pesquisador a escolha do procedimento que lhe parecer mais adequado. Mas parte do princípio de que o processo de leitura, unitarização/desconstrução e categorização irá permitir uma nova compreensão do texto e facilitará o estabelecimentos de sentidos não encontráveis no acesso original aos mesmos.

Nossa escolha pela Análise de Conteúdo se deveu a três fatores:

Primeiro, ela é particularmente adequada para pesquisas com séries documentais longas – como será nosso caso – porque autoriza recortes nos textos com base nos objetivos específicos do historiador. Isso é de fundamental importância para nosso trabalho, porque, embora a Análise de Conteúdo pressuponha a leitura de todo o documento textual considerado, permite que se faça uma coleta mais seletiva do material empírico.

Segundo, a Análise de Conteúdo permite que estes recortes sejam feitos com base em critérios temáticos, em conformidade com nossos propósitos.

Terceiro, a Análise de Conteúdo é muito apropriada para uma pesquisa que compara o posicionamento de diferentes jornais sobre temas comuns. E isso porque a necessidade de organizar os elementos recolhidos em categorias facilita a comparação tanto da forma como um tema foi abordado em vários momentos por um mesmo jornal quanto da maneira como foi abordado em um mesmo momento por vários jornais.

Alguns resultados

No atual estágio da pesquisa, ainda estou realizando um levantamento dos jornais selecionados. Embora o trabalho de análise esteja ainda no começo, é possível apresentar alguns resultados parciais correspondendo ao primeiro ano de governo.

Em relação a isso, uma das primeiras coisas a considerar diz respeito ao destaque que as ações do governo na área econômica receberam nos jornais pesquisados. Samuel Wainer, em sua autobiografia¹⁵, firmou uma imagem, ainda muito difundida pela bibliografia, de que os grandes jornais boicotavam as medidas do governo, através do que chamou de “conspiração do silêncio” (WAINER, op. cit, p. 126). Contrariando um pouco esta idéia, pode-se constatar que os principais programas econômicos do governo receberam considerável destaque nos órgãos de imprensa pesquisados.

Com efeito, as medidas e ações tomadas pelo ministro da Economia, Horácio Lafer, voltadas para a estabilização (como combate à inflação, controle do déficit, etc.) ganharam ampla repercussão, mesmo em jornais considerados opositores do governo. Por exemplo, o relatório inicial (07 de março de 1951), com o qual o ministro apresentou a situação complicada das contas públicas federais (com um déficit orçamentário previsto em torno de 6 bilhões de cruzeiros para o exercício de 1951) e suas propostas de solução, foi amplamente divulgado¹⁶. Também ganharam destaque as declarações do ministro anunciando os primeiros resultados de seu plano de controle de gastos (09/08/51) e sua viagem aos EUA em busca de apoio financeiro (entre 04 e 25/09/51).

Da mesma maneira, algumas ações do governo voltadas ao desenvolvimento econômico foram destacadas pelos jornais. A que recebeu maior publicidade foi, sem dúvida, a instalação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹⁷ e, em particular, a tramitação e aprovação no Congresso do Programa de Reparacionamento Econômico, com o qual o governo solicitou, como empréstimo, um aumento sobre a alíquota do

¹⁵ WAINER, Samuel. Minha razão de viver. 19ª edição, Rio de Janeiro : Record. 2003.

¹⁶ Sendo a manchete nos jornais **O Globo** (“Poderes especiais para o Ministro da Fazenda”, 06/03/51, caderno 1, p. 1) e em **O Jornal** (“Novas providências para enfrentar o déficit”, 06/03/51, caderno 1, p. 6) e ganhando amplas reportagens no **Correio da Manhã** (“Quase sete bilhões de déficit orçamentário”, 07/03/51, caderno 1, p. 8) e no **Jornal do Brasil** (“Algarismos impressionantes”, 07-03-51, caderno 1, p. 5).

¹⁷ A divulgação e repercussão da instalação da CMBEU aparecem em vários momentos, mas a maior divulgação se deu na solenidade oficial de abertura, ocorrida no Itamarati, especialmente pelo **O Globo** (“Cooperação e ajuda entre dois grandes povos”, 20/07/51, caderno 1, p. 4), pelo **O Jornal** (“Mobilização de todos os recursos visando ao soerguimento do país”, 20/07/51, caderno 1, p. 1) e pelo **Correio da Manhã** (“Instalada no Itamarati a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”, 20/07/51, caderno 1, p. 8), que publicaram reportagens, artigos e editoriais sobre o tema.

imposto de renda com o objetivo criar um fundo a ser investido em infra-estrutura, que seria administrado pelo futuro Banco Nacional de Desenvolvimento, junto com empréstimos do Bird e Eximbank¹⁸. Também a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial - que, mais tarde, tornar-se-ia um dos núcleos geradores de projetos de industrialização no Brasil - foi destaque em todos os jornais pesquisados¹⁹.

Contudo, algumas medidas, como a criação da Comissão Nacional de Política Agrária (25//05/51) e da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, COFAP, (26/02/51) receberam pouca divulgação, em ambos os casos apenas no **O Globo**.

No que diz respeito à posição dos jornais em relação a estes programas, os resultados são bastante significativos. Chama à atenção a receptividade positiva dada às medidas relativas à estabilização econômica pelos jornais pesquisados. **O Jornal** saudou as providências de saneamento e as destinadas a melhorar a produção, afirmando:

O que interessa, no momento, é que o governo se mantenha na firme atitude assumida, dotando o país de uma estrutura econômico-financeira (...). O governo não pode pensar noutra coisa; sua tarefa, por enquanto, e provavelmente por muito tempo, será essa, unicamente essa, uma tarefa de saneamento e de recuperação.²⁰

Já o **Correio da Manhã** comentou o relatório do ministro da Fazenda, propondo medidas para a solução dos problemas econômico-financeiros do país, da seguinte maneira:

O relatório do ministro da Fazenda só poderá ter no país uma repercussão muito favorável. Se o governo praticar a política nele recomendada, uma política de poupança e austeridade, de corte das despesas e estímulo à produção, esta política passará a influir, generalizadamente, sobre toda a economia nacional.²¹

Enquanto o **Jornal do Brasil** deu seu voto de confiança ao ministro da Fazenda dizendo que

¹⁸ A apresentação ao Congresso do Plano de Reparelhamento Econômico (29//10/51) foi manchete no **O Globo** em dois dias seguidos (“O ministro da Fazenda diz à Câmara porque o governo pleiteia o empréstimo”, 29/10/51, caderno 1, pp. 1 e 6, e “Política Financeira postas às claras”, 30/10/51, caderno 1, p. 1) e no **O Jornal** (“Regularização das finanças até o fim do ano”, 30/10/51, caderno 1, pp. 1 e 6) e ganhou destaque no **Correio da Manhã** e no **Jornal do Brasil**.

¹⁹ **O Globo** publicou várias reportagens (como a do dia 28/08/51: “Expansão industrial do Brasil é a palavra de ordem”, caderno 1, pp. 2 e 7), o mesmo fazendo **O Jornal** (como no dia 28/08/51: “Critério de propriedade para expansão industrial do Brasil”, caderno 1, pp. 1 e 4). O **Correio da Manhã** e o **Jornal do Brasil** deram menor destaque.

²⁰ **O Jornal**, 07/03/51, caderno 1, p. 4, (editorial).

²¹ **Correio da Manhã**, 07/03/51, caderno 1, p. 4, editorial.

desde que possa ser respeitado o programa incluso em seu relatório, certo a crise por que passa o Brasil terá recebido o primeiro impacto de força destinado a conter essa onda crescente de despautérios e desajustamentos a que chegou a administração pública nestes últimos anos.²²

Um ponto a considerar em relação a esta política de estabilização é que ela, na medida em que procurava atacar a inflação através do controle do déficit público e da contenção do crédito, não era incompatível com o receituário liberal. Contudo, junto a essa política ou paralelamente a ela, o governo adotou políticas mais intervencionistas no setor econômico, principalmente às voltadas à industrialização, que fugiam ao que pregavam os liberais brasileiros. A rigor, estes últimos, se não defendiam pura e simplesmente a manutenção da especialização agrícola do país, ao menos não eram favoráveis a medidas estatais que viessem a fomentar a industrialização do Brasil, quer seja porque elas poderiam implicar em intervencionismo econômico, protecionismo ou mesmo aumento de impostos, quer seja porque retirariam recursos (capital e mão-de-obra) da agricultura, diminuindo sua produtividade.

Surpreendentemente, a maioria dos jornais pesquisados tomou posição favorável à política industrializante de Vargas, embora com intensidade e qualidades diferentes. Apenas no **Jornal do Brasil** ainda não foi possível identificar um posicionamento claro quanto a esta questão. O **Correio da Manhã** - depois de condenar a tendência de nossos governos em preservar “nossa estrutura colonial, nossa economia de exportação” e, com isso, manter o “Brasil subdesenvolvido, exportador de matérias-primas” - comentou o seguinte sobre a instalação da Comissão de Desenvolvimento Industrial:

(A CDI) acha-se investida dos mais amplos poderes para levar a cabo sua tarefa. Justiça se faça ao sr. Getúlio Vargas que, nesse ponto, colocou o problema com toda a largueza (...). (A CDI) é apenas meio passo para a instituição do (*ilegível*) de que o Brasil necessita, que é o planejamento geral. (...) Que se faça um planejamento para a industrialização brasileira, simples mas exato, e se terá prestado ao país um serviço que ele aguarda, desde meados do século passado.²³

Já **O Jornal**, em um editorial intitulado “Expansão industrial como base da segurança”, do dia 29/08/51,²⁴ foi enfático em seu apoio à CDI, neste trecho longo que vale à pena reproduzir:

Chegou, portanto, o momento de executar um programa de desenvolvimento industrial, que nos habilite a produzir as nossas próprias máquinas e a explorar tecnicamente os recursos naturais do país. Não há outro caminho a

²² **Jornal do Brasil**, 10/03/51, caderno 1, p. 5, editorial.

²³ **Correio da Manhã**, 28/08/51, caderno 1, p. 4, editorial.

²⁴ **O Jornal**, caderno 1, p. 4, editorial.

seguir, se desejarmos fugir à classificação de nação incluída na área de povos subdesenvolvidos, e conquistar a verdadeira independência econômica.

A idéia de planificação, implícita no ato do presidente Vargas ao criar a Comissão de Desenvolvimento Industrial, visa em parte corrigir a anomalia desse desenvolvimento. Vamos agora começar por onde deveríamos ter começado, pela indústria pesada, e não pela indústria leve, como aqui ocorreu.

Ora, apoio à industrialização e, especialmente, ao planejamento econômico como alternativa para que o país superasse sua atrasada especialização agrícola e, assim, o subdesenvolvimento está muito mais próximo ao ideário cepalino, então em gestação na América Latina e já influente no Brasil²⁵, do que da cartilha liberal defendida, por exemplo, por Eugênio Gudín²⁶.

O **Correio da Manhã** e **O Jornal**, ao menos nestes textos, não chegam a citar diretamente a Cepal. **O Globo**, entretanto, foi mais explícito. Além de dar grande destaque às medidas governamentais de fomento à indústria, tomou a iniciativa de defender medidas intervencionistas a favor da industrialização. Em duas oportunidades, pregou a necessidade do retorno das tarifas alfandegárias nacionais aos 30%, vigorantes até 1934, no lugar dos 9%, aplicados em 1951, sobre os produtos estrangeiros. Seria uma forma de melhorar a arrecadação e fomentar nosso parque industrial, tendo em vista que “atualmente não possuímos proteção aduaneira para nossa indústria; o que a defende é a falta de divisas e o regime de licença prévia.”²⁷

No dia 03/09/51, o jornal ainda foi mais claro. No editorial intitulado exatamente “Necessidade de Industrialização”, comentou uma palestra de Raúl Prebisch, o economista argentino fundador da teoria cepalina do desenvolvimento, achando por bem destacar

a exposição sobre a necessidade vital e inadiável de industrialização nos países latino-americanos, os quais, explica Prebisch, com reduzida produção industrial, se abastecem de produtos manufaturados no estrangeiro, em sua maior parte, que são pagos com exportações de produtos primários, muito mais baratos que aqueles.

Por fim, afirmou: “Vemos, assim, que o economista Prebisch salienta a necessidade premente de industrialização de países como o Brasil, filiando-se à corrente

²⁵ Quanto a isso, ver: HAFFNER, Jacqueline A. H. A CEPAL e a industrialização brasileira: (1950-1961). Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002.

²⁶ Sobre o posicionamento de Eugênio Gudín e, em especial, sua oposição às propostas cepalinas, consultar BIELSCHOWSKY, op. cit.

²⁷ **O Globo**, 09/03/51, caderno 1, p. 3, editorial.

daqueles que, tende à frente o sr. Euvaldo Lodi, tão tenazmente condenam a tese Abink, favorável, como se sabe, à expansão dos nossos produtos primários.”²⁸

Assim, com bases nesses resultados iniciais, podemos concluir que, ao menos no início do segundo governo Vargas, não existe uma oposição sistemática e unificada da grande imprensa frente ao programa econômico deste governo. E, mais ainda, a linha adotada pela maior parte dos jornais se distancia de um receituário puramente liberal, apresentando fortes traços de desenvolvimentismo econômico, mesmo que em uma versão conservadora e não-nacionalista, conforme a conceituação de BIELSCHOWSKY (op.cit).

Bibliografia

ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, Norberto (org.) *Dicionário de Política*. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 11ª. edição, 1998. páginas 686-705).

BOBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1988. Para uma visão clássica do liberalismo, ver MISSES, Ludwig. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro : José Olympo – Instituto Liberal, 1987.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 1a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. v. 1

HAFFNER, Jacqueline A. H. *A CEPAL e a industrialização brasileira: (1950-1961)*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002.

HAUSSEN, Dóris. *Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón*. 2 ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001.

LESSA, Carlos & FIORI, José Luis. *Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo popular do segundo Vargas*, texto para discussão n. 30, Rio de Janeiro : Instituto de Economia Industrial, UFRJ, 1983

RODRIGUES. Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro:UFRJ/IFCS, 1999 – mimeo

SARETTA, Fausto. *O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954) (texto completo)*. In: IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004, Uberlândia. ANAIS DO IX ENCONTRO

²⁸ **O Globo**, 03/09/51, caderno 1, p. 3.

NACIONAL DA SOCIDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA.
Uberlandia, 2004. v. 1. p. 1-20.

SODRE, Nelson Werneck. Historia da imprensa no Brasil. São Paulo : Martins Fontes, 1983

VIANNA, Sérgio B. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954).
Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, Rio de Janeiro : BNDES, 1987.

WAINER, Samuel. Minha razão de viver. 19ª edição, Rio de Janeiro : Record. 2003